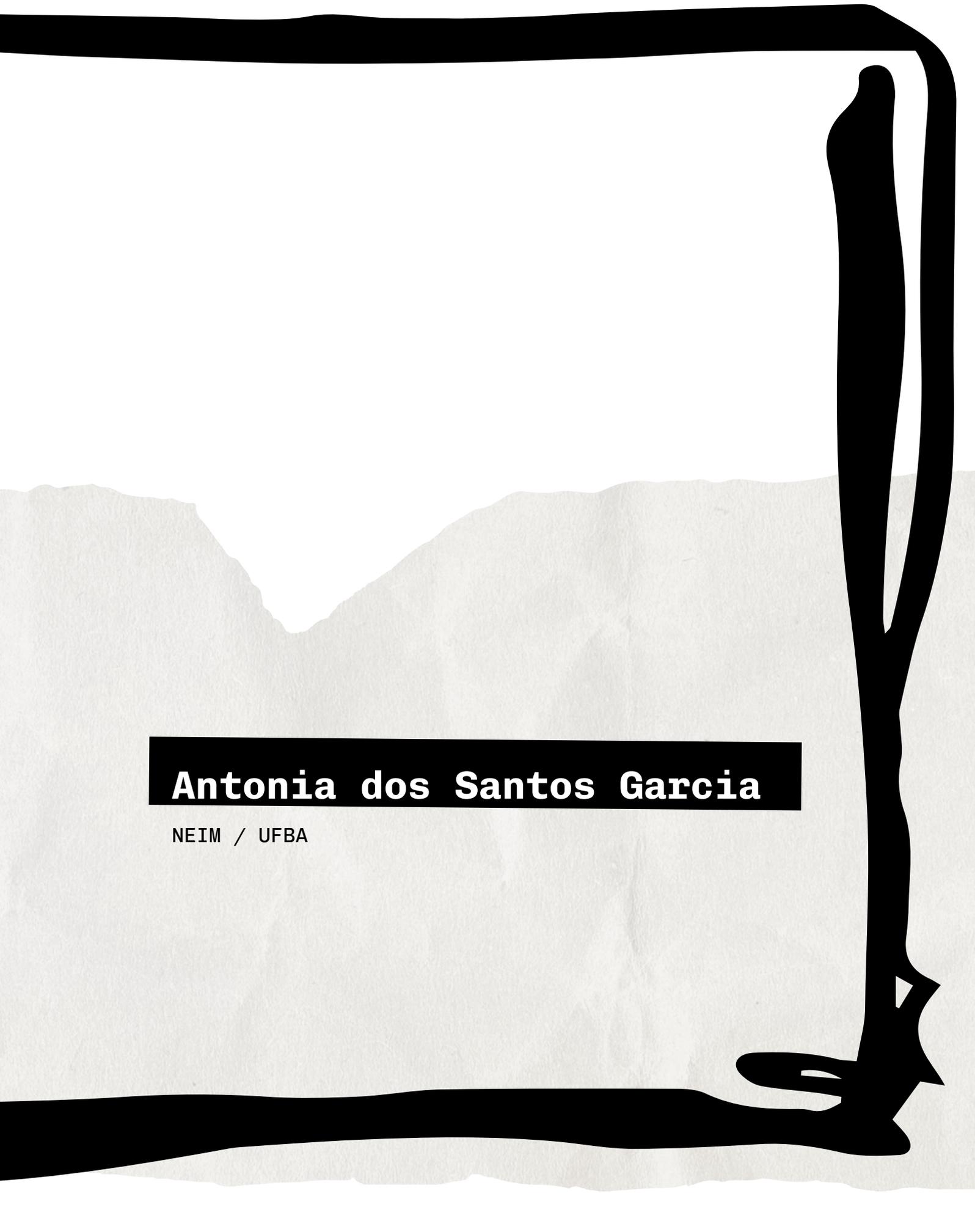




Cidade, relações de gênero e raça:

**Salvador, o direito à cidade
e os movimentos sociais**



Antonia dos Santos Garcia

NEIM / UFBA

Cidade, relações de gênero e raça: Salvador, o direito à cidade e os movimentos sociais

Resumo

As cidades latino-americanas e caribenhas, e sua organização espacial colonial-escravista-capitalista, mantêm suas contradições históricas e contemporâneas, sendo que os diversos agentes sociais da cidade não tratam, com a centralidade e interseccionalidade necessárias, o racismo, o sexismo e o classismo como o tripé das suas estruturas, conforme propõem diversos movimentos sociais de diferentes correntes políticas de esquerda. Este artigo, além do contexto das desigualdades resultantes dessas estruturas, procura refletir sobre as experiências dos movimentos sociais que emergiram nas sociedades capitalistas contemporâneas de grandes desigualdades econômicas, políticas, sociorraciais, de classe, de gênero e de geração, entre outras. Estas experiências colocam, na agenda das sociedades-cidades, questionamentos sobre estas temáticas, especialmente os movimentos sociais urbanos que trouxeram à cena política os bairros populares e favelas, onde as mulheres negras tornaram-se protagonistas das lutas pelo direito à cidade. Estes questionamentos, todavia, ainda se dão de forma fragmentada, sem um projeto de cidade-sociedade que questione e combata a base da estrutura social racista, sexista, classista. Apesar do crescimento dos movimentos de mulheres negras, populares e indígenas, que têm contribuído com os questionamentos no interior dos movimentos sociais e das ciências sociais -, estes ainda não têm centralidade para o enfrentamento de todas as dimensões da dominação, sobretudo se levados em consideração estudos impregnados de eurocentrismo e políticas públicas inexistentes ou desintegradas. Através de Salvador, como a cidade mais cultural e demograficamente negra, a mais negra da diáspora africana, vamos refletir sobre seu perfil sócio-histórico e suas lutas antiescravistas-colonialistas e contemporâneas urbanas, nas quais as mulheres negras sempre tiveram relevante protagonismo. Além disso, vamos analisar as desigualdades sociorraciais do sistema de educação, com recorte de gênero e raça.

Palavras-chave: Patriarcado, Racismo, Capitalismo, Desigualdades, Cidade

Ciudad, género y relaciones raciales: Salvador, el derecho a la ciudad y los movimientos sociales

Resumen

Las ciudades latinoamericanas y caribeñas y su organización espacial colonial-esclavista-capitalista mantienen sus contradicciones históricas y contemporáneas, pero los diversos agentes sociales de la ciudad no abordan, con la necesaria centralidad y interseccionalidad, el racismo, el sexismo y el clasismo como trípode de sus estructuras, como lo proponen varios movimientos sociales de distintas corrientes políticas de izquierda. Este artículo, además del contexto de desigualdades resultantes de estas estructuras, busca reflexionar sobre las experiencias de los movimientos sociales surgidos en las sociedades capitalistas contemporáneas de grandes desigualdades económicas, políticas, socio-raciales, de clase, de género y generacionales, entre otras, y que ponen en la agenda de sociedades-cidades preguntas sobre estos temas, especialmente los movimientos sociales urbanos que llevaron a la escena política los barrios populares y las favelas, donde las mujeres negras se convirtieron en

protagonistas de las luchas por el derecho a la ciudad. Estas preguntas, sin embargo, todavía ocurren de manera fragmentada, sin un proyecto de ciudad-sociedad que cuestione y combata la base de la estructura social racista, sexista, clasista. A pesar del crecimiento de los movimientos de mujeres negras, populares e indígenas, que han contribuido a cuestionar los movimientos sociales y las ciencias sociales, los estudios impregnados de eurocentrismo y las políticas públicas inexistentes o desintegradas para enfrentar todas las dimensiones de la dominación no tienen centralidad. A través de Salvador, como la ciudad más negra cultural y demográficamente, la más negra de la diáspora africana, reflexionaremos sobre su perfil socio-histórico y sus luchas anti-esclavitud-colonialistas y luchas urbanas contemporáneas donde las mujeres negras siempre han jugado un papel importante. Además, analizaremos las desigualdades socio-raciales en el sistema educativo, con un enfoque de género y raza.

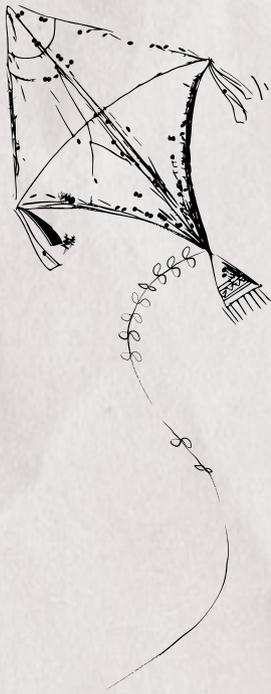
Palabras clave: Patriarcado, Racismo, Capitalismo, Desigualdades, Ciudad.

City, gender and race relations: Salvador, the Right to the City and Social Movements

Abstract

Latin American and Caribbean cities and their colonial-slave-capitalist spatial organization maintain their historical and contemporary contradictions, but the various social agents in the city do not deal, with the necessary centrality and intersectionality, with racism, sexism and classism as the tripod of its structures, as proposed by various social movements from different political currents of the left. This chapter, in addition to the context of inequalities resulting from these structures, seeks to reflect on the experiences of social movements that emerged in contemporary capitalist societies of great economic, political, socio-racial, class, gender and generational inequalities, among others, and put on the agenda of societies-cities issues about these themes, especially urban social movements that brought popular neighborhoods and favelas to the political scene, where black women became protagonists in the struggles for the rights to the city. These issues, however, still occur in a fragmented way, without a city-society project that questions and combats the base of the racist, sexist, classist social structure. Despite the growth of black, popular and indigenous women's movements, which have contributed to questions within social movements and social sciences, studies impregnated with Eurocentrism and non-existent or disintegrated public policies to confront all dimensions of domination have not centrality. Through Salvador, as the most culturally and demographically black city, the blackest in the African diaspora, we will reflect on its socio-historical profile and its anti-slavery-colonialist struggles and contemporary urban struggles where black women have always played an important role. In addition, we will analyze the socio-racial inequalities in the education system, with a focus on gender and race.

Keywords: Patriarchy, Racism, Capitalism, Inequalities, City



Negritude:

O despertar de dignidade,
rejeição da opressão,
lutar contra a desigualdade.

Aimé Césaire.

Introdução

A cidade patriarcal e racista não tem em geral sido objeto dos estudos urbanos, exceto por algumas urbanistas, geógrafas e sociólogas feministas.¹ Mesmo assim, os maiores avanços que ocorrem nesta perspectiva se encontram na literatura internacional. Entre elas, Alejandra Massolo (1992), que organiza uma coletânea cuja abordagem trata da questão da mulher na vida urbana em vários aspectos e aponta para questões de ordem teórico-metodológica que preside os estudos:

Uma cultura

Com uma metodologia de omissão, implicitamente opera uma hierarquização “entre principal-secundário, superior-inferior, público-privado, que aplicado sobre o gênero das pessoas sobre qualquer categoria social, fenômeno, práticas sociais, atores históricos distorce a produção do conhecimento científico, as interpretações e debate (MASSOLO, 1992, p. 12).

Para Roccio Castro (1992, p.13), uma vez entendida a questão do gênero como uma relação de poder primária na vida social, o que significa a subordinação da mulher ao homem, o questionamento das outras relações de poder

**L
A
J
E**

v.2 n.1
p. 228-259
2023

ISSN: 2965-4904

não só é necessário, mas inevitável: as relações de classe e raça implicam relações de poder exercido pelas classes dominantes sobre as classes populares e o exercício de raça dominante sobre "minorias" étnicas e raciais². O modelo de estudos e configurações das cidades construídas e consolidadas ao longo dos séculos XIX e XX ignorou que o conjunto de cada população e de cada sociedade como homogêneo resultou e resulta na invisibilidade das mulheres, sobretudo nas sociedades mais pobres e negras.

As cidades latino-americanas e caribenhas, e sua organização espacial colonial-escravista, exibem suas contradições históricas e contemporâneas, mas os diversos agentes sociais da cidade não tratam estas com a centralidade e interseccionalidade necessárias para compreender e alterar tais estruturas da colonialidade do poder contemporâneo, conforme a perspectiva de Anibal Quijano:

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p. 2).

Por outro lado, Lugones (2014, p. 940)³ propõe descolonizar o gênero, fazendo "[...] uma crítica à opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social" e afirma:

A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras - e não sua presença. Assim, ver mulheres não brancas é ir além da lógica "categorial". Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de

dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. Isso me permite buscar organizações sociais nas quais pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão em tensão com esta lógica. (LUGONES, 2014, p. 935).

Corroborando com a crítica à colonialidade do poder, do ser e do saber, e possíveis rupturas epistemológicas insubmissas, feministas negras, decoloniais e experiências do feminismo negro, Ângela Figueiredo propõe:

[...] resgatar reflexões sobre os percursos teórico-metodológicos do feminismo negro realizados nos últimos anos destacando as principais mudanças e apontando alguns fatores que contribuíram para a emergência de uma nova epistemologia feminista negra. O contexto político e social em que tais movimentos se inscrevem é, efetivamente, propiciado pelas conquistas do movimento negro a partir dos anos de 1980, atrelado às políticas sociais implementadas pelo governo petista, tais como, a expansão do número de universidades públicas e a implementação das políticas de ações afirmativas, possibilitando que um maior número de professores e alunas e alunos negros adentrassem a universidade. Esse ingresso contribuiu para a formação de coletivos negros dentro e fora das universidades, que efetivamente estreitaram laços e alianças com os movimentos sociais, notadamente o movimento de mulheres negras (FIGUEIREDO, 2020, p. 3).

Sandra Almeida (2019), por sua vez, traz uma relevante contribuição ao debate sobre a questão, analisando as críticas feministas e as teorias pós/descoloniais quando afirma:

Se podemos dizer, por um lado, que o pós-colonialismo se fortalece com a interrupção ocasionada pelos estudos feministas, por outro lado, podemos salientar como a crítica feminista, questionada há algum tempo por seu branqueamento e seu ocidentalismo, tem sido insistentemente levada a refletir, pelas próprias críticas feministas e pelo debate ampliado pelas discussões trazidas pelo pós-colonialismo e mais recente pelas teorias descoloniais, sobre a categoria universalista da mulher, abrindo caminho para se teorizar novas formas de se pensar o lugar das mulheres

na contemporaneidade, a falácia da universalidade, a diferença entre as mulheres, os vários sujeitos do feminismo, a transversalidade do gênero, entre outros (ALMEIDA, 2019, p. 88).

Enfrentar as três bases principais da colonialidade: poder, saber e ser, proposto por autores e autoras com os quais dialogamos, pressupõe desconstruir o poderoso e hegemônico aparato político, ideológico, econômico, etc., nas sociedades latino-americanas e caribenhas da diáspora negra. Nesta perspectiva, nossa proposta analisa as relações de gênero, raça/etnia, espaço e poder no mundo contemporâneo, que são étnica e culturalmente diversas, se expressam no urbano em diferentes dimensões e precisam de outras metodologias como propõe o feminismo, especialmente negro e popular, que aponta as lacunas do feminismo eurocentrado.

No caso das correntes marxistas, Harvey (2006, p. 20), ao analisar a crise do materialismo histórico, aponta para a necessidade de uma concepção dinâmica deste e da teoria, para apreender o significado das mudanças que já vinham ocorrendo na economia, na política, na natureza das funções do Estado, nas práticas culturais e na dimensão do tempo-espaço em que as relações sociais e os sujeitos sociais devem ser avaliados. Henri Lefebvre, nesta perspectiva, em sua obra pioneira sobre o direito à cidade "Le droit à la ville", publicada na década de 1960, é uma referência para pensar o urbano e a cidade de forma mais ampla, através da práxis. Esse conceito, hoje popularizado globalmente, torna-se referência tanto para as ciências sociais como para os movimentos sociais contemporâneo, e sua relevância pode ser confirmado pela decisão do Fórum Urbano Mundial.⁴

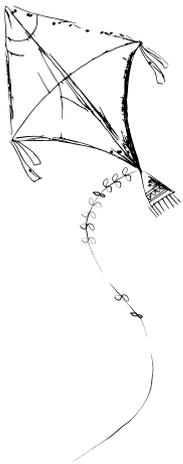
Adotar o "Direito à Cidade" como marco referencial para modificar a realidade urbana por meio da construção de cidades mais humanas, democráticas e sustentáveis resultou na sua escolha como temática conceitual e estratégica do Fórum Urbano Mundial 5, que será realizado em março de 2010 no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Essa definição visa não mais o debate para o estabelecimento deste Direito, seu reconhecimento e correlatos, mas sim, para o que os Governos fazem ou podem fazer para garantir sua efetivação, por meio de regulamentações, programas, ações, projetos, políticas, bem como a visão dos interessados sobre esses esforços concretos, discursos, e que direitos ainda não foram atendidos pelas Políticas Públicas (UN-HABITAT, 2010).

As lacunas do marxismo, apontadas por diversas correntes feministas, inclusive, representam um estímulo à busca de novos caminhos, novas epistemologias, novos paradigmas que compreendam a pluralidade do social e, portanto, a outra parte da humanidade: as mulheres de todas as raças, de todas as classes, mas entendidas nas suas especificidades.

Por outro lado, Ana Alice Costa (1998), ao analisar a construção do pensamento feminista sobre o "não poder" das mulheres, embora também se associe às críticas dessas lacunas, lembra:

A primeira tentativa de explicar, de forma sistematizada, longe dos não biologismos, as causas da condição da subordinação da mulher nas sociedades modernas foi feita por Kal Marx e Frederico Engels. Partindo da premissa de que a condição de dependência da mulher não é fruto da sua natureza feminina e sim o resultado de todo um processo histórico ligado ao desenvolvimento das forças produtivas e em consequência deste, da própria evolução da família (COSTA, 1998, p. 19-20).

Nesse sentido, as lacunas apontadas devem nos conduzir à apreensão da cidade e do urbano, cada vez mais dominada pelo capital, compreendê-las nas suas múltiplas dimensões, inclusive, as espaciais que são pouco tratadas. Portanto, enfrentar a questão é um enorme desafio tanto para as Ciências Sociais quanto para os Movimentos Sociais que lutam pelo direito à cidade, por uma cidade de fato democrática. Todavia, embora nem todos os autores e autoras como Henri Lefebvre (1991), David Harvey (2006), Florestan Fernandes (1965), Clóvis Moura (1988), Otávio Ianni (1987), Milton Santos (2002), Manuel Castells (1983), entre outros e outras, tenham dado, nas suas obras, centralidade às questões mencionadas, nos oferecem a possibilidade de análise dos mecanismos de dominação social e dos desafios à democratização da cidade a partir das lutas sociais de múltiplas dimensões que cobrem o papel do Estado na promoção do direito à cidade de todas as pessoas, como direitos humanos.





Brasil negro e seus paradoxos passados e presentes

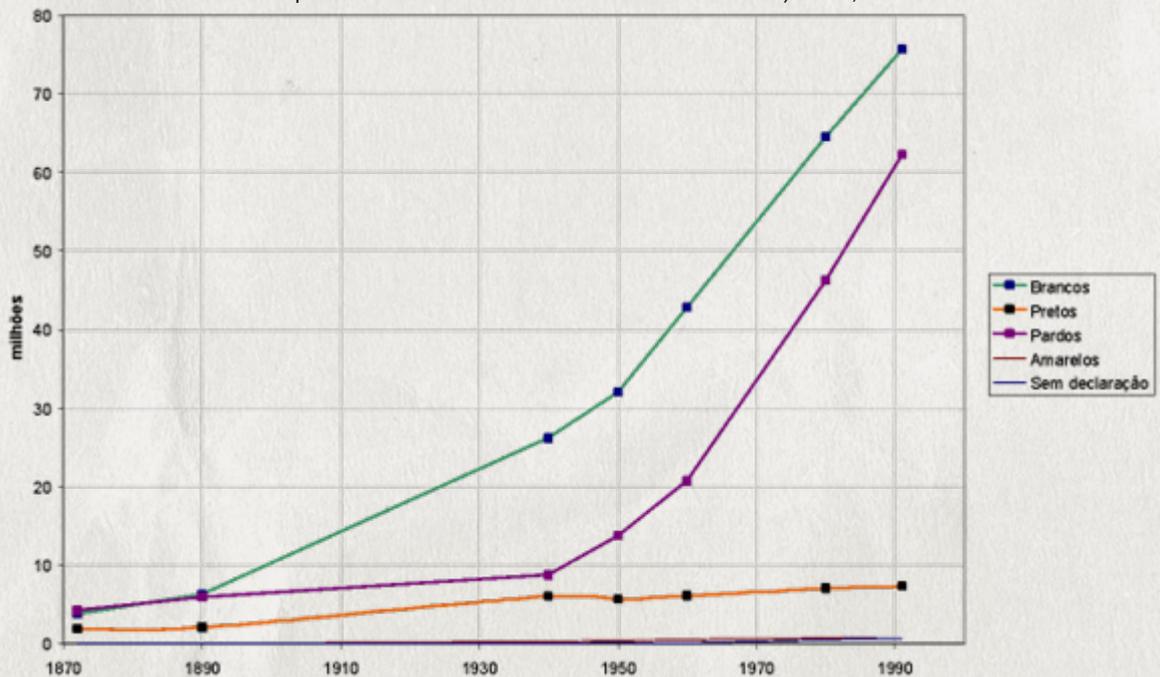
Refletir sobre a insuficiência dos macro sistemas explicativos das realidades sociais que produziram, nas últimas décadas, questionamentos importantes, sobretudo nas Ciências Humanas e Sociais, nos permite compreender como o racismo e o sexismo, historicamente, têm moldado as sociedades em geral e, particularmente, a brasileira. Estes questionamentos têm tentado superar diversas dicotomias: economicismo e culturalismo, superior-inferior, público-privado, passando a trabalhar a indeterminação histórica, o campo amplo das mediações com análises mais dialéticas. Como mostra Thomas Skidmore - estudioso do pensamento das elites brasileiras do século XIX, a história do racismo é longa e, de acordo com ele, persistente até hoje, sobretudo a partir de 1860:

De um lado, os movimentos abolicionistas triunfaram por todo o mundo do Atlântico Norte, e, finalmente, até o Atlântico Sul. No entanto, nesse exato momento em que a escravidão recuava sob o impacto das mudanças econômicas e o da pressão moral, pensadores europeus ocupavam-se em sistematizar as teorias das diferenças inatas (SKIDMORE, 1976, p. 65).

Essa 'ideologia do branqueamento' obteve apoio de governos, intelectuais e todos os grupos hegemônicos da sociedade" (BENTO, 1999, p. 30).

Analisando a Figura 1, sobre a evolução da população brasileira de 1972-1991, fica claro que as elites escravocratas brasileiras atravessaram séculos com sua política de branqueamento da sociedade e a exclusão negra e indígena. Costa Pinto (1998, p. 71) mostra a tendência de branqueamento da população brasileira desde o século XIX, quando a imigração europeia se intPor outro lado, Octávio Ianni (1987, p. 344-47) aponta três marcos históricos da formação brasileira, que têm implicações na formação da nacionalidade e da relação entre a questão racial e a identidade nacional: (1) a Declaração da Independência, em 1822, (2) a Abolição da Escravatura, em 1888, e (3) a Revolução de 1930. Estas datas, todavia, marcaram apenas o momento inicial em que a sociedade se põe diante de problemas, tais como: (1) raça, mestiçagem e população, povo e cidadão; (2) terras devolutas, indígenas, ocupadas, griladas, tituladas; (3) províncias, Estados, o Estado nacional; (4) região e nação, etc.

Figura 1: Evolução da População Brasileira Segundo a Cor -1872/1991.
Fonte: Elaborado pela autora com base em João José Reis/IBGE, 2007.



Para o autor, o abolicionismo e a política de incentivo à imigração europeia alteram o quadro inicial, com a valorização crescente do europeu. Com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, o poder estatal passa para a hegemonia da oligarquia cafeeira. Em decorrência disso, acontece uma alteração fundamental no enfoque da questão racial brasileira com a ruptura representada pela Revolução de 1930 e o delineamento das interpretações mais importantes do problema racial brasileiro: formula-se a tese da democracia racial;⁵ desenvolve-se o indigenismo;⁶ coloca-se o problema racial no âmbito da reflexão da sociedade de classes (IANNI, 1987, p. 344-347).

Comparando o Brasil, no interior da América Latina, Hasenbalg (1992, p. 52) aponta dois eixos em torno dos quais se estabelecem as semelhanças entre o Brasil e as outras sociedades latino-americanas: a) a concepção desenvolvida por elites políticas e intelectuais a respeito de seus próprios países, supostamente caracterizados pela harmonia e tolerância, e ausência de preconceito e discriminação racial (concepção que coexiste, em todos os casos, com a subordinação social ou virtual desaparecimento dos

descendentes de africanos); b) o embranquecimento, entendido tanto como projeto nacional implementado por políticas de povoamento e imigração, como em termos da obsessão em representar as respectivas sociedades como essencial ou predominantemente brancas e de cultura hispânica ou, de forma mais inclusiva, europeia. De acordo com Bento (1999), entre 1870 e 1930, tivemos um grande crescimento das teorias racistas que pregavam o cruzamento inter-racial como forma de resolver o problema de um país negro e mestiço, "Essa ensificou às custas dos cofres públicos: os brancos, que representavam 38,11% da população em 1872, passam a 63,52%, em 1940, enquanto os de cor (pretos e pardos) diminuíram para 35,88%.

De fato, o crescimento da população branca, desde o processo de imigração intensiva de europeus no século XIX, é resultado da estratégia de branqueamento das elites a partir da crise do escravismo, do movimento abolicionista, da substituição da mão de obra escrava pela livre quando o negro e o mulato perdem, gradativamente, espaço para o imigrante branco europeu. Mas, segundo Ianni (1987, p. 23), a abolição e o próprio abolicionismo explicam apenas parcialmente a transformação do escravo em trabalhador livre. Para o autor, os processos econômicos e sociais, responsáveis pela expulsão do escravo da esfera dos meios de produção, são os mesmos que provocam o afluxo de imigrantes e, em menor escala, o deslocamento de caboclos e roceiros para as fazendas de café e para os núcleos urbanos.

Os caminhos percorridos pela sociedade brasileira na difícil construção dos direitos humanos, do direito à cidade e da democracia plena estão marcados por avanços, retrocessos e, acima de tudo, profundas contradições. A tradição autoritária e oligárquica herdada do passado colonial-escravista se faz presente, ainda hoje, sob variadas formas, ora sutis, ora explícitas, geralmente tomadas como naturais e inevitáveis em nossa sociedade, onde predominam os valores racistas, sexistas/patriarcais homofóbicos e e lesbofóbicos. O patriarcado e o racismo, como eixos estruturadores nas relações sociorraciais e de gênero, são imprescindíveis para entender nossa sociedade através de estudos e políticas de superação das sociedades e cidades racistas e patriarcais, como propõem os movimentos revolucionários no seu devir.

Na discussão sobre o colonialismo e suas diversas violências e maniqueísmos, Fanon (1968)⁷ critica o nacionalismo e o imperialismo, sendo uma obra bastante atual sobre o padrão de colonialidade que vivemos, ao mesmo tempo que propõe uma descolonização radical do mundo:

A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável. A descolonização, sabemos-lo, é um processo histórico, isto é, não pode ser compreendida, não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma senão na exata medida em que se faz discernível o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. A descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que segrega e alimenta a situação colonial. Sua primeira confrontação se desenrolou sob o signo da violência, e sua coabitação - ou melhor, a exploração do colonizado pelo colono - foi levada a cabo com grande reforço de baionetas e canhões. O colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que "os" conhece. O colono que fez e continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial (FANON, 1968, p. 26).

No livro *O Navio Negreiro: uma história humana*, Marcus Rediker (2011), analisa um dos aspectos mais terríveis da escravidão moderna: o tráfico transatlântico. Entre histórias terríveis do tráfico de africanos, conta a história de uma mulher que morreu e foi jogada ao mar:

A história dessa mulher constitui um ato no que o grande erudito e ativista afro-americano W.E.B DuBois qualificou como 'o mais grandioso drama dos últimos mil anos da história da humanidade: a transferência de 10 milhões de seres humanos da beleza negra de seu continente natal para o recém-descoberto Eldorado do Ocidente. Eles desceram ao inferno' (REDIKER, 2011, p. 12).

Peregalli (1988) também mostra, entre outras coisas, a grande violência que foi o processo colonial. Por um lado, não tem nada haver com "cordialidade", "democracia racial", que se tornaram elementos de referência para o debate da questão racial brasileira e, por outro, a reação de africanos e africanas, com a formação de quilombos rurais semiurbanos e urbanos, revoltas, atentados contra senhores e seus feitores, assassinatos, suicídios e fugas que se espalharam intermitentemente em todo o território brasileiro.

No período escravista o negro e a negra eram apenas uma questão econômica ou policial. Ao definir o negro como um problema racial, um obstáculo a um destino nacional que se desejava em padrões europeus e inspirados em ideologias racistas deste continente, setores importantes da intelectualidade brasileira (representando os interesses hegemônicos da classe dominante), iniciaram a montagem do ideário racial brasileiro.⁸ Mas este ideário apresenta vários pontos em comum com outros países que também viveram sob escravidão, especialmente a América Latina.

Ao longo do tempo, os processos de negação do racismo, bem como o processo de branqueamento forjado desde o século XIX, tiveram consequências importantes que precisam ser estudadas e compreendidas nas Américas, no Brasil da colonização portuguesa, e na formação das cidades sob novas epistemologias. Com a Revolução de 1930, a tese da democracia racial desenvolvida por Gilberto Freyre, seu maior expoente, influenciou muitas pesquisas sobre a interpretação da questão racial. As desigualdades raciais são tratadas, pelo autor, como um não-problema, para quem brancos, negros e mestiços se relacionavam harmoniosamente, como mostra Ianni (1987).

Apesar dos avanços produzidos pelos movimentos antirracistas e o feminismo negro sobre o conhecimento sociológico, etnográfico, histórico, econômico, entre tantos aspectos, o racismo e o sexismo continuam sendo tratados no Brasil como um não-problema, embora o nosso cotidiano seja repleto de classificações raciais. Em consequência, torna-se mais difícil entender e combater as desigualdades específicas entre negros e negras, indígenas e brancos e brancas. Florestan Fernandes define assim as nossas ambiguidades e contradições:

O padrão brasileiro de dominação racial engendrou uma ambivalência inexorável no meio negro - e esta não pode ser combatida e extirpada sem a eliminação prévia daquele. Isso quer dizer que, enquanto o negro não romper com a visão mistificadora da realidade racial, dispondo-se a colocar o branco no centro de um antagonismo que deve ser, inevitavelmente, de 'classe' e de 'raça', ele será vítima de várias confusões morais e da capacidade de lutar, de fato, por posições coletivas nas estruturas de poder (FERNANDES, 1965, p. 73).

Segundo Carlos Hasenbalg (1992, p. 14), os estudos brasileiros sobre relações raciais das últimas décadas podem se caracterizar (mesmo com simplificação), por uma peculiar divisão disciplinar do trabalho: os historiadores, que, apesar dos notáveis

Figura 2 - População do Brasil por cor ou raça no Brasil, 2020. Fonte: Elaborado por Agenor G. P. Garcia com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral/2020 do IBGE.

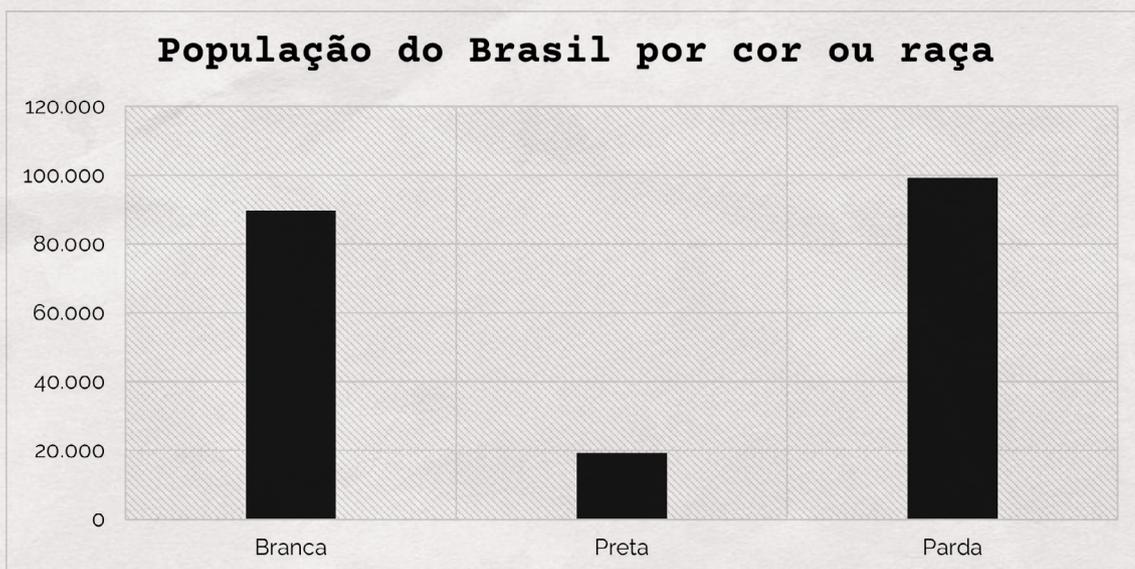
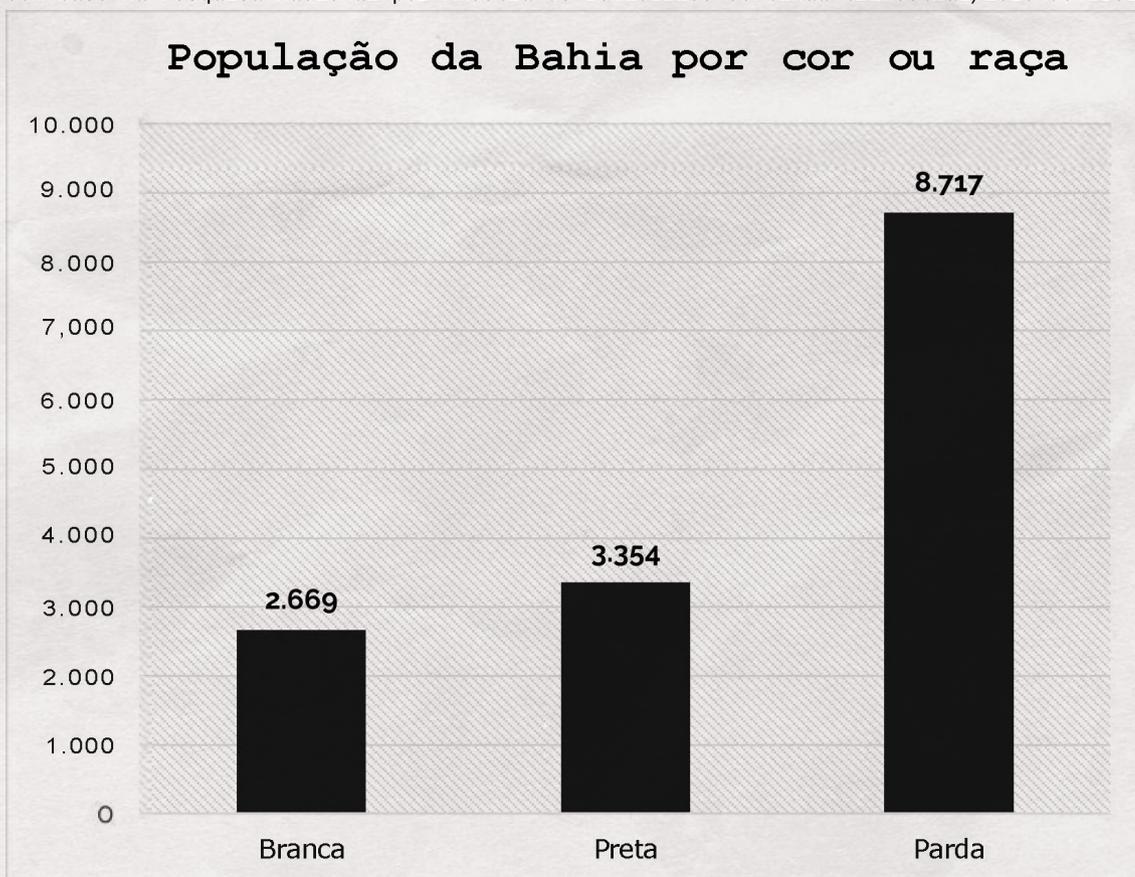


Figura 3 - População da Bahia por cor ou raça. Fonte: Elaborado por Agenor G. P. Garcia com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral/2020 do IBGE.



progressos no estudo da escravidão, negligenciaram amplamente a história social do negro no pós-abolição; os antropólogos, que, seguindo os caminhos abertos por Nina Rodrigues e Arthur Ramos, privilegiaram o estudo da cultura negra, com ênfase particular nas religiões afro-brasileiras; e, finalmente, os sociólogos, que estudam as relações raciais, dando destaque à estratificação e às desigualdades raciais.

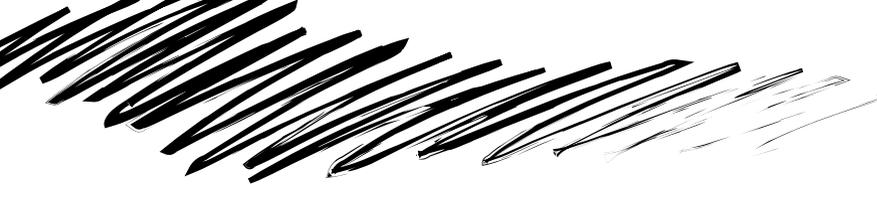
Kabengele Munanga, por sua vez, alerta que alguns estudiosos da questão fogem do conceito de raça, substituindo-o pelo conceito de etnia para ser "politicamente correto", mas continua-se a falar das mesmas camadas hierarquizadas, da mesma oposição entre dominantes e dominados - "O que mudou, na realidade, são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e exclusão ficou intacto" (MUNANGA, 2003, s/p).

Nesse contexto, o nosso olhar deste Brasil do século XXI, uma sociedade urbana, feminina, negra, multirracial, multiétnica, multicultural, alimentada pelo mito da democracia racial, até hoje é tributário do estupro colonial de mulheres indígenas e negras e da política imigratória ligada à ideologia do branqueamento, que afetou a composição racial em todas as regiões, mas sobretudo no Sul e no Sudeste. Considerando todo o processo aqui analisado, apesar de todo o racismo, o Brasil do século XXI se autodeclara negro: 56,0% contra 43% de brancos (ver Figura 2). Contudo, esta maioria é composta pelas pessoas pardas, o que pode significar que o mito da democracia racial permanece no imaginário racial brasileiro.

A Bahia (ver Figura 3) contrariou a tendência de branqueamento, historicamente engendrado pelas elites escravocratas, e se reafirma como negra, demográfica e culturalmente afrodescendente, com 82% de pessoas que se autodeclaram pardas-pretas. Paradoxalmente, o racismo predomina, levando às desigualdades raciais e espaciais muito reveladoras da hegemonia dos 18% de brancos. Contudo, a hegemonia não é uniforme e, portanto, é composta pela burguesia, classe alta e classe média que ocupam os bairros privilegiados em qualquer município, sobretudo as famílias tradicionais originárias da casa grande. Em Salvador, mapeamos esses bairros e vimos alta segregação na cidade (GARCIA, 2009).

Nesse contexto, recorremos a Fanon (2008) para pensar nos significados da suposta "democracia racial brasileira", engendrada pelo mito da referida democracia, que continua muito forte e contribui para a ausência de grandes mobilizações em torno das demandas históricas dos movimentos negros e de mulheres negras, tanto em relação às políticas públicas quanto às pesquisas neste campo.





Embora todos esses significados estejam presentes no imaginário coletivo popular, nem sempre as estatísticas permitem captar a sua verdadeira força nas práticas cotidianas, na recriação de relações sociais e raciais. Portanto, pesquisas qualitativas são também necessárias para contribuir com a construção da classe para si, a raça para si e a mulher para si na perspectiva de dois expoentes da luta antirracista:

Ora, inconscientemente, desconfio do que em mim é negro, isto é, da totalidade do meu ser. Sou um preto - mas naturalmente não o sei, visto que o sou. Em casa, minha mãe canta para mim, em francês, romances franceses nas quais os pretos nunca estão presentes. Quando desobedeço, ou faço barulho demais, me dizem: "não se comporte como um preto". Um pouco mais tarde lemos livros brancos e assimilamos paulatinamente os preconceitos, os mitos e o folclore que nos chegam da Europa (FANON, 2008, p. 162).

Guerreiro Ramos (1995), sociólogo de projeção, ao escrever sobre "O Negro desde dentro", faz profundas críticas à sociologia importada e subordinada:

Povos brancos, graças a uma conjunção de fatores, históricos e naturais, que não vem ao caso examinar aqui, vieram a imperar no planeta, e, em consequência, impuseram àqueles que dominam uma concepção de mundo feita à sua imagem e semelhança. Num país como o Brasil, colonizado por europeus, os valores mais prestigiados e, portanto, aceitos, são os do colonizador. Entre esses valores está o da brancura como símbolo do excelso, do sublime, do belo. Deus é concebido em branco e em branco são pensadas todas as perfeições. Na cor negra, ao contrário, está investida uma carga milenária de significados pejorativos (RAMOS, 1995, p. 241).

O reexame de muitas das lutas contra a opressão mostra o não conformismo de dominadas e dominados contra o regime escravista e que existiam alianças tanto entre rebeldes urbanos e rurais quanto entre indígenas e quilombolas. De acordo com Clóvis Moura (1988), são três as principais formas de luta dos escravizados e escravizadas, como mostra a historiografia mais recentemente: a) a revolta organizada pela tomada do poder, que encontrou sua expressão nos levantes dos negros e negras malês (mulçumanos/as) na Bahia, entre 1807 e 1835; b) a insurreição armada, especialmente no caso de Manuel Balaio (1839) no Maranhão; c) a fuga para o mato,

de que resultaram os quilombos; e, d) as guerrilhas, extremamente móveis, pouco numerosas e que representavam sentinelas avançadas dos quilombos. Na contemporaneidade outras formas de luta contra a subalternidade negra, indígena e feminina buscam as transformações necessárias para se criar uma sociedade de igualdade e de plena cidadania (MOURA,1988).

A cidade negra, paradoxos e desafios contemporâneos

Sem um passado negro,
sem um futuro negro
me era impossível
viver minha negritude.

Franz Fanon



Alguns movimentos sociais, especialmente os urbanos que emergiram nas sociedades capitalistas contemporâneas de grandes contradições econômicas, políticas, sociorraciais, de gênero, de geração, entre outras, têm colocado na agenda das cidades questionamentos sobre estas temáticas. Contudo, isto ainda ocorre de forma fragmentada, sem um projeto de cidade-sociedade que questione a base da estrutura social racista, sexista, classista, lesbofóbica e homofóbica, por exemplo. Conforme dito anteriormente, as cidades latino-americanas e caribenhas, e sua organização espacial colonial-escravista, exibem suas contradições históricas e contemporâneas, mas os diversos agentes sociais da cidade não tratam estas com a centralidade e interseccionalidade necessárias para compreender e alterar tais estruturas como deveriam.

Contudo, a persistência e a tradição dos estudos em geral, e os urbanos em particular, em modelos explicativos eurocêntricos, androcêntricos e sua perversa engrenagem teórica e prática no Brasil e na América Latina, tem ignorado as categorias de gênero, raça, geração, entre outras, como explicativas da segregação sociorracial e das desigualdades nas cidades e na sociedade, negando-se a ver a "divisão racial do espaço desde a casa grande e senzala, sobrados e mocambos" como formas espaciais e culturais díspares, como bem caracterizou a ativista feminista negra e acadêmica Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) ao afirmarem:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural no negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (HASENBALG; GONZALEZ, 1982, p.15).

Como afirmam autoras e autores do livro "Cidades Negras" (FARIAS et al., 2006), entre os séculos XVI e XIX, parte da história da escravidão no Atlântico aconteceu em tanto em cidades quanto no campo. Ao longo do tempo, contudo, os processos de negação do racismo nas cidades negras constituídas no passado e o processo de branqueamento forjado desde o século XIX tiveram consequências importantes. No chamado Novo Mundo, cidades como Buenos Aires, Caracas, Charleston, Nova Orleans, Nova York, Cidade do México, Guayaquil, Havana, Lima, Port-au-Prince, San Juan, Santo Domingo, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís se tornaram brancas, exceto Salvador (FARIAS et al., 2006).

Na comparação entre a cidade do colonizador e a do colonizado, Fanon (1968), mostra que a dominação escravista que moldou as sociedades construídas no chamado Novo Mundo são bem diferentes e desiguais e afirma:

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a medina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade: acorçada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade: de árabes. O olhar que o colonizado, lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher deste, se possível. O colonizado é

um invejoso. O colono sabe disto; surpreendendo-lhe o olhar, constata amargamente, mas sempre alerta: 'Eles querem tomar o nosso lugar'. É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono (FANON, 1968, p. 29).

Marcada desde os tempos coloniais-escravistas por quilombos, senzalas, mucambos, pelourinhos e cortiços, a urbanização brasileira, caracterizada contemporaneamente por favelas e/ou bairros populares majoritariamente negros e afroindígenas, precisa ser objeto dos estudos críticos e das políticas urbanas inclusivas na perspectiva dos direitos à cidade. A partir das reflexões que fizemos até aqui, passamos a refletir teórica e empiricamente sobre a velha Salvador.

Salvador, cidade das mulheres e dos negros: as lutas pelo direito à cidade

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres.

Rosa de Luxemburgo

A velha Salvador, com 472 anos completados em 29 de março de 2021, é a quarta metrópole do país e, talvez, a mais emblemática da Diáspora Africana. Considerada a cidade mais negra fora da África, como se reafirma em autodeclaração, quando comparamos os censos 2000 e 2010, Salvador continua majoritariamente negra. Observe-se que em números absolutos e relativos houve crescimento tanto de pardos como de pretos entre 2000 e 2010 e redução de autodeclarações de pessoas brancas. De acordo com Nei Lopes:

Diáspora Africana tem dois momentos principais. O primeiro, gerado pelo comércio de escravo, ocasionou a dispersão de africanos tanto através do Atlântico quanto através do oceano Índico e no Mar Vermelho caracterizando um verdadeiro genocídio, a partir do século XV - quando talvez mais de 10 milhões de indivíduos foram levados por traficantes europeus, principalmente para as Américas. O segundo momento ocorre a partir do século XX, com a imigração, sobretudo na Europa, em direção às antigas metrópoles coloniais. O termo 'Diáspora' serve também para designar, por

extensão de sentido, os descendentes de africanos nas Américas e na Europa e o rico patrimônio cultural que construíram (LOPES, 2004, p. 236).

Salvador, como cidade da Diáspora Africana, não é somente a mais negra demograficamente, conforme os levantamentos dos censos 2000 e 2010 do IBGE, é também de forte cultura afrodescendente e, ao longo da sua história, manteve-se assim. No imaginário popular é a cidade brasileira religiosa e culturalmente mais africana de todas. Como no passado, desde o quilombo, a senzala e, contemporaneamente, as favelas, os bairros populares e todas as periferias negras, as mulheres negras recriam e tecem identidades e lutas. Elas são protagonistas cotidianamente de formas diversas de sociabilidades nos espaços urbano e rural. A cidade está entre as mais desiguais no Brasil, racialmente, apesar de ser a cidade majoritária em termos demográficos e culturais.

Nesse contexto, é importante não somente olhar através do retrato estatístico e cartográfico que mostra uma cidade onde há o crescimento do número de pretos e pardos, sobretudo dos primeiros, enquanto cai o percentual de brancos entre os censos 2000 e 2010. Mas também é preciso ver os problemas fundamentais das desigualdades que atingem grande parcela da população negra e seu pertencimento racial e perceber, através deles, o resultado de um processo histórico de introjeção da inferioridade que todas as pessoas negras tiveram ao longo de suas vidas, tendo na infância o seu marco inicial e principal.

Depois de quase quatro séculos de escravidão, de mão de obra escravizada que construiu nosso país, do desenvolvimento capitalista industrial dependente e tardio, o Brasil reproduziu para os grupos sociais subalternos as péssimas condições de trabalho e a exclusão da força de trabalho negra na substituição da mão-de-obra escravizada pela mão de obra livre. Assim, negros e negras perderam espaço gradativamente para o imigrante branco europeu, como salientou Florestan Fernandes (1965), no caso de São Paulo, e Luiz Costa Pinto (1998), em relação ao Rio de Janeiro, cidades onde o projeto de dominação capitalista mais se desenvolveu e o branqueamento e a substituição de mão de obra também.

Costa Pinto (1998), que analisou o censo de 1940 com o recorte de gênero e raça, constata que, no Rio de Janeiro (DF), entre as mulheres o maior número de empregadas domésticas encontra-se entre as pretas; em cada 100 mulheres pretas, 31,47% eram domésticas, na proporção de 16,44% entre as pardas e de 3,67% entre as brancas. Se, para os homens negros, a principal via de inserção no mercado de trabalho, histórica-

mente, esteve vinculada a funções subalternas, para as mulheres negras a condição é mais limitada e persistente, como mostram estudos mais recentes sobre a questão.

Em consequência, esse desenvolvimento aprofundou as desigualdades de gênero, de raça, urbanas e regionais que se mantêm inarredáveis até hoje. Entre os séculos XIX e parte do XX, em Salvador, a indústria têxtil era o ramo fabril por excelência e as mulheres tinham participação fundamental na composição do operariado industrial da cidade. Segundo Mário Augusto Silva Santos (1992), no período de 1890-1930, o emprego da mão de obra feminina e infantil passou a assumir um significado crescente e o mais interessante é que, em 1920, dentre os trabalhadores da indústria 42% eram mulheres. Elas tinham pequena participação em todos os ramos, mas eram maioria esmagadora no setor de "vestuário e toucador" (72%), e no têxtil (63%). Observe-se que parte dessa história foi vivida no período da escravidão, como em Plataforma, bairro popular-operário da periferia negra de Salvador, onde mulheres e crianças trabalhavam na fábrica têxtil, instalada em 1875. Mesmo assim, elas ficaram e continuam ficando invisíveis na sociedade até hoje.

Nos EUA, segundo Ângela Davis (2013), a fição e a tecelagem eram ocupações domésticas e as mulheres foram as primeiras a serem contratadas pelos donos dos moinhos para operar os novos teares. Todavia, conforme avançou a industrialização, mudando a forma de produzir da casa para as fábricas, a importância dos trabalhos domésticos das mulheres sofreu uma erosão. Heleieth Saffioti (1987), pensadora marxista, alerta que é importante olhar para os diferentes significados da naturalização que se faz do papel da mulher na sociedade de classe:

Do ponto de vista das classes sociais, podem-se distinguir, basicamente, dois sentidos da história: o das classes dominantes e o das classes subalternas. Do ângulo das categorias de sexo, as mulheres, ainda que façam história, tem constituído sua face oculta. A história oficial pouco ou nada registra da ação feminina no devenir histórico. Isto não se passa apenas com mulheres. Ocorre com outras categorias sociais discriminadas, como negros, índios, homossexuais. Deste fato decorrem movimentos sociais, visando ao resgate da memória, geralmente não registrada, destes contingentes humanos que, atuando cotidianamente, ajudaram e/ou ajudam a fazer história. É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui caminho

mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos (SAFFIOTI, 1987, p. 11).

Para Ana Alice Costa,

Saffioti foi quem conseguiu aproximar-se mais da essência da relação entre patriarcado e capitalismo, na intenção de explicar a desigualdade social da mulher. A partir de uma nova análise do patriarcado, em perspectiva do materialismo histórico, Saffioti chega ao que denomina ‘a simbiose patriarcado-racismo-capitalismo’ (COSTA, 1998, p. 38).

Do ponto de vista das lutas sociais, Salvador, como cidade sede do processo de dominação escravista da América portuguesa e sua capital até 1773, quando foi transferida para o Rio de Janeiro, assim como outras cidades, constituiu vários processos contra-hegemônicos como vimos anteriormente. Como assinala Reis (1988, p. 88-89), “Nenhuma outra região do país havia experimentado, no curto período de 30 anos (1807-1835), um número tão formidável de revoltas e conspirações escravas”. A greve de 1857 parou a cidade por dez dias em protesto contra uma postura que lhes impunha um imposto e o uso no pescoço de uma placa de metal gravada com o número de registro da câmara, portanto inventaram a greve urbana no Brasil (REIS, 1988) e criaram o primeiro Movimento Social Negro desde Palmares.

Conhecer a história das mulheres negras, e seu protagonismo na rebeldia política, religiosa, entre outras, da Colônia, passando pelo Império até a República, é muito relevante para que se aprofundem os estudos numa perspectiva descolonial, superando a alienação para propor processos à revolução.

Em “Bahia de todas as Áfricas”, João Reis (2009) mostra que no século XIX, em Salvador, era nos subúrbios que acontecia a maior parte das atividades de candomblé e, devemos lembrar também, o maior número de quilombos, ambos considerados perigosos, com destaque para a sacerdotisa Nicácia:

Moradora no Cabula, na época periferia rural e hoje bairro popular de Salvador, Nicácia demonstrou seu carisma alguns meses antes, quando fora seguida por uma multidão até a cidade, ao ser levada presa por ordem do governador da capitania da Bahia, o conde da Ponte. Esse governador desencadeador de uma vigorosa

campanha repressiva contra os candomblés e quilombos nos arredores da capital e no Recôncavo dos engenhos (REIS, 2009, p. 40-41).

Outro exemplo de guerreira é Zeferina, do Quilombo do Urubu no Subúrbio Ferroviário de Salvador:⁹

Algumas líderes dos levantes, que irromperam às vésperas da abolição, eram como reis e rainhas. Segundo documentos, Zeferina era uma dessas rainhas, representante do quilombo do Urubu, em Salvador. Durante sua última luta, empunhou seu arco e flecha e soberanamente conduziu a resistência negra na capital baiana. De acordo com relatos da época, Zeferina 'custou a se entregar, antes fazia muita diligência para se reunir aos pretos dispersados' (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p. 95).

Como vimos, a necessária ruptura com o pensamento eurocêntrico é um grande desafio para que a cidade patriarcal e racista se torne objeto dos estudos urbanos, sociológicos, políticos, históricos, geográficos, da urbanização capitalista, marcada desde os tempos coloniais-escravistas por senzalas e mucambos, quilombos, pelourinhos, cortiços e, contemporaneamente, por favelas e/ou bairros populares majoritariamente negros e afroindígenas. Nas lutas contemporâneas contra a ditadura civil-militar de 1964, por exemplo, os movimentos feministas e populares urbanos, em particular, tiveram grande protagonismo trazendo à cena política mulheres das classes populares, das favelas e bairros negros.

Nesse contexto, vamos ao estudo teórico-empírico de Salvador a partir de uma variável muito relevante na vida de qualquer sociedade: a educação que mobilizou mulheres de todas as raças e classes sociais. A perspectiva da teoria marxista compreende que as instituições sociais são reprodutoras dos valores dominantes e a escola brasileira tem sido, de fato, uma das instituições sociais das mais importantes na reprodução desses valores racistas, sexistas, classistas, misóginos, colonialistas, imperialistas etc, compreendendo que:

O primeiro momento dessa dominação é econômico: é a dominação do capital sobre o trabalho, que corresponde à exploração das classes subalternas. Tal exploração é base da luta de classes, que se expressa na política, na luta ideológica, na disputa por hegemonia (GRAMSCI apud MOCHCOVITCH, 2001, p. 13).

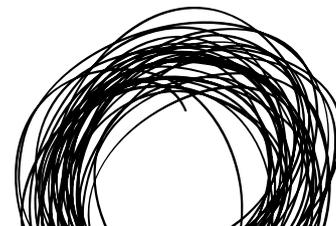


Na perspectiva da crítica dialética da dominação e da subordinação intelectual e à luz das evidências empíricas das desigualdades raciais e de gênero na educação, vamos refletir sobre o processo de lutas pela hegemonia, onde a instituição escola pode fazer a "elevação cultural das massas". As lutas sociais por uma educação libertadora e a conquista da Lei nº 10.639/2003, que legaliza o estudo da História da África nas escolas públicas e privadas que entrecruzam a cultura e história afro-brasileira, possibilitam narrativas contra hegemônicas, embora sofra de desconhecimento e resistências após 18 anos de sancionada, mas é uma esperança. A "Lei das Cotas" (Lei nº 12.711/2012), sancionada em 2012 por Dilma Rousseff, também foi outra grande conquista dos movimentos negro e feminista negro, principalmente.¹⁰

Mais uma vez, as elites escravocratas deram um golpe em 2016 contra o governo Dilma Rousseff/PT, primeira presidenta do Brasil em 132 anos de República, para impedir os avanços nas políticas públicas como um todo e na educação em particular, resultando também na eleição da extrema direita nazifascista nas eleições de 2018. Marcada por golpes, a República brasileira tem recorrido a eles para impedir o desenvolvimento do povo. Na longa luta contra a ditadura de 1964, os movimentos sociais de diversos tipos, como os movimentos populares urbanos de Salvador, de base negra e feminina, por exemplo, também contribuíram para a sua derrubada e, conseqüentemente, para a construção dos processos democráticos, incluindo a Constituição de 1988 que, entre outros direitos, garante educação como um direito de todos as pessoas e dever do Estado.

No século XX as mulheres conquistaram vários direitos: voto, educação e mercado de trabalho, entre outros. Contudo, são grandes as desigualdades intragênero, raça e classe como mostram os dados educacionais de Salvador, a partir da comparação dos Censos 2000 e 2010.

A análise comparativa dos censos 2000 e do 2010, em relação ao nível de instrução em Salvador, revela que as desigualdades educacionais não reduziram significativamente, apesar das políticas públicas de inclusão terem melhorado. Com os recortes de gênero, raça e classe, verifica-se que 51,1% da população em 2000 estava no nível fundamental, sendo que as brancas e os brancos são, respectivamente 34,1% e 34,1%, enquanto entre as negras e negros são 54,5% e 59,5% que só alcançaram este nível de escolaridade. Entre as mulheres, a distância percentual era de 20,4 e entre os homens 25,4, ou seja, naquele ano negras e negros tiveram grande desvantagem e só alcançaram o nível mais elementar da escolaridade em uma terra de negros e negras.



Já no censo 2010 houve uma redução do total dos que só chegaram a esse nível educacional, na medida em que são 37,3% em 2010 e em 2000 eram 51,1%. Todavia, com os recortes adotados, as brancas e brancos são 24,1% e 23,9%, enquanto negras e negros tiveram uma redução para 38,4% e 43,1%, ou seja, a redução alterou as diferenças entre os grupos brancos e negros, embora permaneçam as distâncias percentuais muito acentuadas. Entre mulheres nesse grau de escolaridade a distância era de 14,3% e entre os homens de 19,2%.

Quanto ao nível médio, em 2000 entre as mulheres brancas e negras a distância era de 1,0%, indicando um esforço significativo das negras para melhorar sua escolaridade, já entre os homens era de 2,7%. Analisando o nível superior, brancas e brancos que alcançaram este nível são 24,3% e 26,9% e negras e negros são 5,5% e 5,9%, respectivamente, em 2000, com distâncias significativas: 18,8% entre as mulheres e 20,94% entre os homens.

No censo 2010, brancas e brancos aumentaram seu capital educacional em 27,2% e 28,5% e negras e negros em 10,4% e 8,9%, com importante crescimento. Contudo, as desigualdades permanecem com uma distância percentual de 16,6 entre mulher branca e mulher negra e entre homens brancos e negros a diferença é ainda maior: 19,6%.

Na pós-graduação, nível mais elevado que as pessoas tinham em 2000, mulheres brancas eram 1,0% e homens brancos 1,7%, já em 2010 eram 8,9% e 9,2%, respectivamente. Por outro lado, no grupo negro em 2000 eram 0,1% de negras e 0,2% de negros, já em 2010 as mulheres negras eram 2,6% e os homens negros 1,8%. Entre as mulheres brancas e negras a distância é de 6,3% e entre homens brancos e negros é de 7,4%. Isto mostra que as desigualdades raciais se mostram mais expressivas que as de gênero, indicando que o racismo atua na educação, onde as conquistas negras não conseguiram superar as desigualdades históricas de quem tem origem na casa grande e na senzala, mesmo em uma cidade onde a população afrodescendente é ampla maioria. Portanto, mulheres e homens brancos não enfrentam as barreiras racistas que, historicamente, mulheres e homens negros enfrentam.

Assim sendo, a análise da educação em Salvador com os recortes de gênero e raça permite compreender as diferenças, as singularidades do fenômeno e as desigualdades raciais e intragênero em todo o sistema educacional. Sabe-se que negras e negros enfrentam várias barreiras: não frequentam pré-vestibular de alto custo, como as pessoas brancas, e têm que trabalhar para estudar e, desse modo, estudar nos cursos noturnos quase inexistentes em universidades públicas, o que constitui uma das muitas barreiras

a enfrentar. Além disso, a concorrência é desigual para o acesso à universidade pública (quadro que está melhorando com as leis e ações afirmativas), já que a maioria dos brancos frequenta escolas particulares e pré-vestibular de melhor qualidade

Para compreender todas as contradições que ocorrem no sistema educacional tanto em geral como intragênero em particular – diferenças entre mulheres e homens no interior do grupo negro e do grupo branco – é necessário recorrer às teorias feministas, em particular ao feminismo negro que questiona as teorias homogeneizadoras. Inclui-se aí as teorias feministas que são instrumentos importantes para criação de novos paradigmas e novas práticas, mas ainda insuficientes para dar conta, por exemplo, das contradições de gênero, classe, raça e espaço existentes no interior do grupo feminino. Como propõe Saffioti (apud COSTA 1988, p. 38), deve-se entender este processo de “simbiose patriarcado-racismo-capitalismo” dialeticamente.

Considerações finais

Como refletimos ao longo do texto, desde o século XIX, a questão do ideal do branqueamento, materializado pela mestiçagem e a construção do mito da democracia racial, ocupou as elites brancas e escravocratas e também afetou a formação das cidades latino-americanas e caribenhas, onde a maioria compartilha aspectos fundantes de sua formação sócio-histórica e, particularmente, as cidades brasileiras que se tornaram brancas. Salvador, cidade considerada a mais africana do Brasil, mostra grandes desigualdades raciais e, ao analisar seus dados de escolaridade, com recorte de raça e gênero, verifica-se desigualdades também intragênero.

Refletimos também sobre as contradições urbanas e os movimentos sociais urbanos históricos e contemporâneos antirracistas, antissexistas, anticlassistas, antiescravistas, anti-imperialistas-capitalistas, anti-homofóbicos-lesbofóbicos, tentando compreender processos multifacetados, dialeticamente. Nesse sentido, buscamos as epistemologias negras que questionam a mulher única – que por muito tempo contribuiu com a invisibilidade das mulheres negras da senzala às favelas –, valorizando suas lutas históricas e contemporâneas, a construção do feminismo negro para um projeto comum, revolucionário, em múltiplas dimensões. Portanto, livramo-nos das velhas teorias eurocêntricas para explicar nossa realidade, inclusive a urbana.

Desse modo, adotamos um olhar afrocentrado, suas filosofias e epistemologias, para perceber a importância da participação feminina-feminista negra nas lutas ur-

banas pelo direito à cidade em seus territórios, onde historicamente constroem suas territorialidades, seu lugar de fala, seus questionamentos sobre a ausência, especialmente das mulheres negras na construção do espaço urbano, da cidade.

Por fim, os movimentos sociais urbanos de Salvador, com ampla base social, negra e feminina, eram hierarquicamente classificados como de “mulheres populares” e nunca como “feministas populares”. A construção e o crescimento do feminismo negro e popular representa um estímulo à busca de novos caminhos, novas epistemologias e novos paradigmas que compreendam a pluralidade do social. Entre os avanços em relação ao direito à cidade, o Fórum Urbano Mundial mostra os caminhos práticos para a superação das desigualdades urbanas em um mundo de rápida urbanização. Espera-se que o feminismo acadêmico e militante, como um todo, olhe o urbano e a cidade, dando a necessária centralidade e interseccionalidade, como espaço de transformação.

Notas

1 Em *Mujeres, Espacio y Sociedad: hacia una Geografía del Género* (1995), Ana S. Martínez, Juana R. Mota e María de Los A. Muñoz organizam o manual de Geografia de Género que muito contribui para compreender que a Humanidade não é um todo homogêneo, uniforme e assexuado e as diferenças sociais entre homens e mulheres devem ser consideradas em todo momento. Por outro lado, Alejandra Massolo (1992) organiza a coletânea intitulada *Mujeres y Ciudad: participación social, vivienda y vida cotidiana*, na qual reflete sobre as mulheres como sujeitas da investigação urbana; movimentos urbanos populares e feminismo popular.

2 Demograficamente, muitas cidades brasileiras têm maioria negra, inclusive nas capitais nordestinas.

3 Uma das estudiosas sobre a dominação masculina na perspectiva da descolonialidade, que busca novas epistemologias da igualdade propôs uma leitura da relação entre o colonizador e o/a colonizado/a em termos de gênero, raça e sexualidade (LUGONES, 2014).

4 O Fórum foi criado pela Organização das Nações Unidas para analisar um dos problemas mais prementes do mundo de hoje: a rápida urbanização e seu impacto sobre as comunidades, cidades, economias, as alterações climáticas e políticas. Desde a primeira reunião em Nairóbi, no Quênia, em 2002, o Fórum tem crescido em tamanho e estatura, uma vez que viajou para Barcelona, em 2004, Vancouver 2006 e Nanquim, em 2008, e Rio de Janeiro em 2010.

5 Democracia racial é uma expressão sob a qual se aninha a falsa ideia de inexistência de racismo na sociedade brasileira. Construída a partir da ideologia do luso-tropicalismo, procura fazer crer que, graças a um escravismo brando que teria sido praticado pelos portugueses, as relações entre brancos e negros, no Brasil, seriam, em regra, cordiais. Essa falsa ideia tem se revelado obstáculo à conscientização do povo negro e ao enfrentamento do preconceito etnorracial no país (LOPES, 2004, p. 232).

6 Para Alcida Rita Ramos (2012, p. 28), o Indigenismo é “[...] um fenômeno político no sentido mais abrangente do termo. Não está nem limitado a políticas públicas ou privadas, nem às ações geradas por elas. Inclui também os meios de comunicação, a literatura ficcional, a atuação da Igreja, de ativistas dos direitos humanos, as análises antropológicas e as posições dos próprios índios, que podem negar ou corroborar a imagética do *índio*. Todos esses atores contribuem para construir um edifício ideológico que toma a questão indígena como sua pedra fundamental.” Urpi M. Uriarte (1998), ao discutir o indigenismo no Peru, cita Monoya e afirma que “O indigenismo foi, fundamentalmente, um estado de ânimo, uma vontade (mais discursiva que prática) de valorização e defesa da população indígena”.

7 O livro de Franz Fanon *Os condenados da Terra* (1968), conta com um prefácio de *Jean-Paul Sartre* e um título inspirado no hino do movimento comunista internacional.

8 Thomas Skidmore (1976) fez uma análise minuciosa do pensamento racista no interior da elite intelectual brasileira.

9 Em 2013, o Centro da Mulher Baiana - CEM, recriou o Bloco do Bacalhau, criado por operárias da fábrica de tecidos fundada em 1875,

e em 2019 o rebatizou como Bloco Zeferina. Em 2016 criou a Banda Negra e Feminista Zeferina (GARCIA; SERPA; GARCIA, 2014).

10 Vale lembrar também que no período do governo Lula, o primeiro presidente operário da nossa história, houve a expansão da Rede Federal de Educação Superior com a interiorização dos campi das universidades federais. Foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. A expansão continuou no governo Dilma Rousseff, com a criação de mais 4 universidades.

Referências

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

ALMEIDA, S. R. G. Crítica Feminista e Narrativas Pós/Descoloniais: os limites do gênero e da representação. In: VEIGA, A. M.; NICHNIG, C. R.; WOLFF, C. S.; ZANDONÁ, J. (org.). **Mundos de mulheres no Brasil**. Curitiba: CRV, 2019.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BENTO, M. A. S. **Cidadania em preto e branco: discutindo as relações raciais**. São Paulo: Ática, 1999.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, R. Las mujeres de América Latina y África. **África-América Latina, Cuadernos**, n. 9, 1992. Disponível em: https://publicaciones.sodepaz.org/images/uploads/documents/revista009/01_mujeresamericatatinaafrica.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.

COSTA, A. A. A. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA; Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

- DAVIS, A. **Mulher, Raça e Classe**. Lisboa: Plataforma Gueto, 2013.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARIAS, J. B.; GOMES, F. dos S.; SOARES, C. E. L.; MOREIRA, C. E. A.. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda Editorial, 2006.
- FERNANDES, F.. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.
- FIGUEIREDO, A. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 11 jan. 2021.
- GARCIA, A. os S. **Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em Antigas Capitais: Salvador, Cidade d' Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- GARCIA, A. dos S. **As Mulheres da Cidade d'Oxum: relações de gênero, raça e classe e organização espacial do movimento de bairro de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2006.
- GARCIA, A. dos S.; SERPA, Â.; GARCIA, A. G. P. **Desigualdades sociorraciais suburbanas e o direito à cidade d'Oxum: plano popular de bairro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006
- HASENBALG, C. **Notas sobre relações de raça no Brasil e na América Latina**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991
- IANNI, O. **Escravidão e racismo**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio**, 2009. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2000**. Rio de Janeiro, 2003.
- LOPES, N. **Enciclopédia brasileira da diáspora negra**. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqzb/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.
- MARTÍNEZ, A. S.; MOYA, J. R.; MUÑOZ, M. de los A. D. **Mujeres, espacio y sociedad: Hacia una Geografía de Género**. Madrid: Síntesis, 1995.
- MOCHCOVITCH, L. G. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- MASSOLO, A. (org.). **Mujeres y Ciudad: participación social, vivienda y vida cotidiana**. México: El Colegio de Mexico, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv5135mh>. Acesso em: 03 dez. 2021.
- MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em 31 jan.2022.
- PEREGALLI, E. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Global, 1988.
- PINTO, L. A. C. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

- RAMOS, A. G. **Introdução à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- RAMOS, A. R. Indigenismo: um orientalismo americano. **Anuário Antropológico**, v. 37, n.1, 2012. Disponível em:<https://journals.openedition.org/aa/268>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- REDIKER, M. **O navio negreiro: uma história humana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- REIS, J. J. (org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1988.
- REIS, J. J. Bahia de todas as Áfricas: a trajetória de líderes e devotos do candomblé do século XIX. In: FIGUEREDO, L. (org.). **Raízes Africanas**. Rio de Janeiro: Sabin, 2009
- REIS, J. J. Presença negra: conflitos e encontros. In: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.
- SANTOS, M. A. da S.. Novas e velhas ocupações na Salvador Republicana (1890- 1930). In FERNANDES, A.; GOMES, M. A. F. (orgs.) **Cidade e História**. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de Sao Paulo, 2002.
- SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SCHUMAHER, S.; BRAZIL, É. V. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: REDEH; Senac, 2007.
- SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo, Paz e Terra, 1976.
- UN-HABITAT. **Fórum Urbano Mundial**. 22 fev. 2010. Disponível em:<http://www.eng.uerj.br/noticias/1266867569-Forum+Urbano+Mundial>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- URIARTE, U. M. Hispanismo e indigenismo: o dualismo cultural no pensamento social peruano (1900-1930). Uma revisão necessária. **Revista de Antropologia**, v. 41, n. 1, 1998. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ra/a/cxmtddBFm5cGXbqjc5cC5qG/?lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2021.

